

OPINIÃO

COMO AJUDAR O PEQUENO PRODUTOR A AMPLIAR O SEU NEGÓCIO?

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

APESAR DA pandemia gerada pelo novo coronavírus, o panorama do agronegócio brasileiro é favorável para aqueles que produzem e iniciativas de modernização e transformação. O abastecimento interno não foi comprometido, e as exportações de algumas *commodities* agrícolas aumentaram consideravelmente, principalmente por conta do dólar alto e do aumento da demanda chinesa, além de outros fatores que comprovaram a robustez, a flexibilidade e o protagonismo do agronegócio brasileiro.

Ficou evidente que, tanto do lado da demanda, como do da oferta, existe um equilíbrio que garante a segurança alimentar. Tudo indica que o setor está preparado para o próximo salto qualitativo que se avizinha na produção de alimentos, bioenergia e fibras. Investimentos em gestão e a integração das três principais tendências tecnológicas (biotecnologia, nanotecnologia e tecnologia de informação) gerarão continuamente novas soluções para as atividades produtivas do agro.

Nesse panorama, é papel do Governo preparar-se para não só acompanhar esse novo salto, como também desenvolver políticas públicas que tornem as oportunidades de crescimento e desenvolvimento mais democráticas. Como? Começando por um maior foco de atuação em três frentes que se reforçam mutuamente, criando um círculo virtuoso: (i) assegurar a sanidade dos alimentos, por meio da modernização e da informatização dos serviços; (ii) fortalecer a capacidade gerencial do produtor, por meio de uma consultoria holística e que integre o desenvolvimento rural sustentável e a defesa agropecuária; e (iii) criar mecanismos para a garantia de empréstimos de microcrédito, permitindo que o empreendedor tenha a possibilidade de captar recursos para potencializar os seus negócios.

Assim, surge o projeto de um Fundo de Aval Rural (FAR), ou seja, uma ferramenta que ajude os pequenos produtores rurais a terem acesso a crédito. O objetivo é garantir, junto a instituições financeiras, até 80% do valor dos empréstimos de R$ 50.000,00 concedidos a agricultores, pecuaristas, hortifruticultores e pescadores com faturamento anual de até R$ 450.000,00.

Não se trata de incentivos ou créditos diretos, pois existe liquidez suficiente no sistema financeiro. O que não existe, ainda mais quando da análise das áreas de gestão de risco das instituições bancárias, é um bom nível de formalidade e uma contabilidade razoavelmente organizada. Isso sem falar em garantias.

Mas o cenário muda com um FAR. Torna-se possível incentivar os bancos a incluírem o pequeno produtor ou o empresário rural em suas carteiras, com baixo risco de *default*, mas promovendo uma injeção de caixa na ordem de 10% a 20% da sua atividade anual.

Para todos os envolvidos, o risco é limitado. A história mostra que pequenos tomadores de crédito são aqueles que costumam honrar melhor seus compromissos. Os bancos, com o tempo, atingirão a *expertise* necessária para crescer cada vez mais no segmento. O Estado, viabilizando essa iniciativa, reforça o seu compromisso e a importância no apoio e no incentivo aos pequenos e aos médios empreendedores. Esses, por sua vez, os grandes protagonistas, têm a confiança e os recursos necessários para mais um salto qualitativo. ■

O Fundo de Aval Rural (FAR) é uma ferramenta para ajudar os pequenos produtores rurais a terem acesso a crédito.